

Corte de subsídios terá pouco efeito

BRASÍLIA — O corte dos subsídios e incentivos fiscais, previsto no programa econômico do Presidente eleito Fernando Collor, na prática vai contribuir muito pouco para o esforço fiscal que o novo Governo planeja — correspondente a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) — para zerar o déficit público ainda este ano.

Os cortes dos incentivos fiscais podem atingir, no máximo, 0,8% do PIB, já que o Presidente eleito manifestou a intenção de manter os destinados às regiões Norte e Nordeste, e a Constituição prorrogou por mais 25 anos os incentivos para a Zona Franca de Manaus. Isto significa que pelo menos um terço dos incentivos, que correspondem a 0,4% do PIB, é intocável.

Estudo feito pela Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e coordenado pelo Secretário-Adjunto, Mário Tinoco, mostra que os incentivos fiscais têm impacto de 1,22% do PIB no orçamento de 1990. Como 0,4% do PIB estão comprometidos, o corte poderia chegar, em tese, a 0,8% do PIB, mas essa é uma meta ainda otimista, como demonstra o estudo feito pelo Ministério da Fazenda.

O incentivo às exportações, por exemplo, que reduz o Imposto de Renda das empresas, tem um peso de 0,12% do PIB no orçamento e dificilmente será alterado, pois já foi reduzido drasticamente, no final do ano passado, pela Lei 7.988, para atender à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Até o ano passado, o impacto no orçamento era de 0,37%.

Além disso, existe uma outra parcela de incentivos intocáveis, que corresponde aos direitos adquiridos. Isto é, aqueles já aprovados e que têm prazo para acabar previsto em lei. Esses incentivos, segundo cálculo do Secretário-Adjunto da Seae, Mário Tinoco, podem chegar a 0,3% do PIB.

Quanto aos subsídios, o impacto no orçamento de 1990 corresponde a 0,3% do PIB e a sua suspensão depende apenas de uma decisão política do Presidente eleito. Só que o resultado dos cortes é insignificante em relação ao esforço fiscal programado pelo futuro Governo. A maior parcela dos subsídios é destinada à produção agrícola, com impacto de 0,15% do PIB no orçamento. Em segundo lugar, está o Finex — que incentiva a produção industrial destinada à exportação — com um impacto de 0,14% do PIB.